

**Normalizando as formas de viver:
uma política de gestão do capital humano*****Normalizing ways of living:
a human capital management policy*****Ana Lúcia Vieira**Universidade Federal do Amazonas
vieira.analucia@gmail.com

Resumo: Convido à reflexão de uma forma de racionalidade político-econômica pautada por estratégias de gestão da vida – a biopolítica normativa – em termos foucaultianos. Esses saberes e essas práticas, inscritos numa perspectiva de normalização, podem ser identificados no pós-1930 em intervenções microfísicas, através da visitação domiciliar e ancorada na política social estatal. Trata-se de um investimento na gestão do capital humano; estratégias de poder objetivando a conformação do modo de vida dos operários e de suas famílias às exigências da produção capitalista. A proposta é pensar sobre as matrizes que perpassaram e fundaram essas práticas discursivas e estimular um olhar inquiridor e crítico de políticas de assujeitamento e controle social.

Palavras-chave: Política social; Visitação domiciliar; Biopolítica; Controle social.

Abstract: I invite you to a reflection of a form of rationality political-economical guided by management strategies of life - the biopolitics normative -, in Foucault's terms. These knowledges and practices, entered with a view to standardization, can be identified after 1930 in microphysical interventions, through home visitation and anchored in state social policy. This was an investment in human capital management; strategies of power aiming to the conformation of the way of life of workers and their families to the demands of capitalist production. The proposal is to think about matrices that permeated and founded these discursive practices and stimulate an inquiring and critical eye of subjection and social control policies.

Keywords: Social policy; Home visitation; Biopolitics; Social control.

O que os outros sabem de nós – Aquilo que sabemos de nós mesmos e que temos na memória não é tão decisivo para a felicidade de nossa vida como se pensa. Um dia cai sobre nós aquilo que os outros sabem (ou acreditam saber) de nós – e então reconhecemos que isso é mais forte. É mais fácil lidar com sua má consciência do que com sua má reputação.¹

BOLETIM NOVA AMÉRICA -- 7 --

Página Feminina

A colaboração lhe bate à porta...

Quem, em cidade Jardim, não conhece estas moças? Elas chegam com o sol, diariamente, em sua missão de boa vontade e simpatia. São as nossas visitadoras sociais Eluar Anna Marconi e Maria Helena Sighieri a quem dedicamos esta reportagem pelo trabalho que executam com sentimento e entusiasmo.

Maria Helena, já hoje não mais trabalha conosco. Ela que em Cidade Jardim tantos lares embelesou e ajudou a formar em suas visitas diárias, deixou-nos para, ela também, construir o seu. É justo. Que seja muito feliz são os nossos votos.

A citação de seu nome nesta reportagem representa a nossa despedida e o nosso muito obrigado pelo belo trabalho que realizou em Cidade Jardim.





Uma cortina dará um ar mais alegre em sua sala, não acha? Ali, naquela janela...



E talvez esta mesinha aqui, fique melhor...

Bom di...i...a! O flagrante, de tão expressivo, dispensaria legenda. Mas ela pode ser: Mútua alegria pela visita...

Fonte: *Boletim Nova América*, ano 8, jun. 1951, n. 80, p. 7.
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil.

Quem, em Cidade Jardim, não conhece essas moças? Elas chegam com o sol, diariamente, em sua missão de boa vontade e simpatia. [...] Bom di...i...a! o flagrante, de tão expressivo, dispensaria legenda. Mas ela pode ser: Mútua alegria pela visita...; Uma cortina dará um ar mais alegre em sua casa, não acha? Ali, naquela janela...; e talvez esta mesinha aqui, fique melhor...²

Compartilho, neste dossiê, vinte anos do PPGH, algumas reflexões sobre a emergência de um singular dispositivo de controle de operários no pós-1930. Essa estratégia de poder materializava-se em intervenções contínuas no cotidiano de trabalhadores e suas famílias, levadas a efeito por um grupo de mulheres nomeadas *visitadoras sociais*. Não se trata de uma narrativa sequencial de suas manifestações no tempo, mas da identificação da sua raridade como acontecimento e as possíveis matrizes que perpassaram e fundaram essas práticas discursivas. Nesse sentido, assumo a perspectiva que colocar em análise as

¹ NIETZSCHE, Friedrich W. *A Gaia Ciência*. Trad. Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 87.

² *Boletim Nova América*, “A Colaboração lhe Bate à Porta”, ano 8, jun. 1951, n. 80. “Página Feminina”, p. 7.

práticas é ler por meio delas, problematizar a rede de saber-poder de onde emergem, considerando a dimensão histórica e coletiva que as instrumentalizam e a forma institucionalizada com que operam. Trata-se, então, de uma espécie de *genealogia*, no sentido que lhe é dado por Michel Foucault, dos saberes e das ações que informam as condições de possibilidade de intervenções microfísicas através da visitação domiciliar, ancorada na política social estatal, neste caso direcionada às famílias operárias da Companhia têxtil Nova América,³ visando ao controle biopolítico dessa população; dito de outro modo, a *normalização* dos corpos e subjetividade dos trabalhadores.⁴

Essa intervenção político-social manifesta-se no *Boletim Nova América – Órgão da Associação Atlética Nova América* (de novembro de 1944 a dezembro de 1953). Esse arquivo-discurso registra, em textos e imagens, uma série de intervenções cotidianas realizadas pelas visitadoras sociais, em diferentes espaços: no interior da fábrica, nas dependências da vila operária e associação atlética. Os boletins, destinados à circulação interna e financiados pelos diretores da empresa não apenas divulgavam e faziam circular uma série de enunciados sobre a vida do trabalhador e de sua família (envolvendo normas de saúde, higiene, alimentação, lazer, princípios morais etc.), como também anunciavam, em sua materialidade, a inspeção permanente e a visibilidade contínua.

Essas imagens “flagrantes” obtidas pelo fotógrafo Luiz Trindade, funcionário da Nova América,⁵ somadas aos comentários adicionados pelo redator do Boletim, propiciam um panorama exemplar do nível de intervenção das visitadoras no cotidiano desses trabalhadores. Munidas de prancheta e lápis, realizavam a inspeção nas moradias da vila operária e, nesse caso, também orientavam a correta disposição dos móveis e ornamentação da casa. Nos boletins, alertava-se para a importância de se ter o espaço doméstico racionalmente dividido, de acordo com as atividades dos membros da família, evitando-se “as divergências e atritos, tão prejudiciais à vida calma e pacífica do lar [...] sem desperdício de espaço e sem obrigar-nos a percursos longos e desnecessários”.⁶ De um lado o discurso de ordenamento do espaço como mecanismo de conformação de comportamentos, e de outro, a constituição de um arquivo pormenorizado de “detalhes e minúcias que se constitui ao nível dos corpos e dos dias”.⁷

Na vila operária Cidade Jardim Nova América, o lugar por excelência de intervenção cotidiana, a presença das visitadoras era frequente e cobria uma gama enorme de atividades: fiscalização do uso das moradias, acompanhamento das gestantes, orientação nos cuidados com os recém-nascidos, encaminhamento das crianças maiores às creches da fábrica e determinação dos hábitos alimentares e de higiene. A mulher esposa e mãe de operários representa, nos discursos e nas ações planejadas para a “educação”, o elo conveniente entre os saberes produzidos no ambiente científico (sobre os métodos de

³ Em 1924, era inaugurada a Companhia têxtil Nova América. Seus fundadores foram o português Domingos Bebianno e o inglês Mark Sutton, antigos sócios da América Fabril (*Boletim Associação Atlética Nova América*, n. 39, jul.-ago. 1972, p. 10). A fábrica de tecidos se tornou a maior fonte de emprego do bairro e também um eixo comunitário a partir de onde surgiram vila operária, escola, ambulatório, posto policial, áreas de lazer etc. Em 1945, com cerca de três mil funcionários (*Boletim Associação Atlética Nova América*, n. 4, fev. 1945, p. 14), a fábrica ainda permanecia no subúrbio carioca de Del Castilho, mas nos anos 1960, expandiria suas instalações, mudando-se para a localidade de Imbariê, no município de Duque de Caxias.

⁴ Tese defendida em março de 2012 e em outubro do mesmo ano – o material foi submetido ao Edital de Chamada Pública n. 01/CPE, de 23 de agosto – Fundação Biblioteca Nacional (chamada para publicação de obras com significativa contribuição na cultura letrada brasileira e de divulgação dos acervos especiais da FBN). Ver VIEIRA, Ana Lucia. “A *Colaboração Ihe Bate à Porta...*”: visitadoras sociais e a biopolítica no cotidiano operário (1944-1953). Rio de Janeiro: EdUERJ; Biblioteca Nacional, 2013.

⁵ *Boletim Nova América*, ano 10, jul.-ago. 1953, n. 104, p. 17.

⁶ *Boletim Nova América*, “Departamento de Engenharia”, ano 2, dez. 1945, n. 14, p. 6.

⁷ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: história da violência nas prisões. Trad. Raquel ramalhe. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

preservação e majoração da mão de obra operária) e no doméstico, numa estratégia de transformar a família operária em sustentáculo da ordem estabelecida, “[...] preparadas dessa maneira, as donas de casa, ou futuras donas, tornarão o lar propício para receber o chefe, as crianças nas horas livres. Na madrugada seguinte, dessa tranquila casa, a fábrica receberá indivíduos serenos e confiantes”.⁸ Essa intervenção, em forma de tutela de famílias, era justificada pelo discurso de proteção dos interesses dos membros mais frágeis – mulheres e crianças –, ainda que “à custa de uma despossessão quase total dos direitos privados”.⁹ Desde tenra idade, os indivíduos deveriam ser educados, em sua corporeidade, de acordo com pelo menos duas medidas disciplinares: a disciplina do tempo marcando as diversas formas de fiscalização (tempo de acordar, brincar, estudar), e a disciplina trabalhista atendendo ao projeto de construção de adultos acostumados com o mundo do trabalho. Ou seja, desde cedo, o corpo deveria ser “domesticado” para desempenhar atividades que formassem nas crianças e nos adolescentes o gosto pelo trabalho. Trata-se da gestão da infância naquilo que ela possa representar como potencial de força produtora, além da possibilidade de se agir por meio das crianças sobre a família, passando-lhes as noções de higiene e de saúde física e moral.

Ao adentrar os lares, munidas de perguntas de ordem íntima, essas mulheres adquiriam informações que, reformuladas sob a ótica de uma nova ordem moral e higiênica, confirmavam seu direito de intervenção diante de um caso de natureza social. Além disso, as informações obtidas pelas entrevistas no formato de um “inquérito social” eram um instrumento eficaz de retroalimentação de saberes e de produção de mecanismos de controle. Sob a justificativa de zelar pelo bem-estar físico e mental dos trabalhadores, se “intervém em todos os domínios – os cuidados com a casa, o orçamento, o pagamento do aluguel, a higiene corporal, a autoridade da mãe sobre os filhos, a decoração das paredes, fará, se necessário, desdobrar os lençóis ou abrir o armário”.¹⁰ Tais atividades, realizadas de maneira contínua, constituem-se num esquema de ampla e eficaz circulação de conhecimentos estratégicos na produção das técnicas disciplinalizadoras.

Essas intervenções realizadas com regularidade pelas visitadoras são identificadas em outros espaços da fábrica, tais como: no Departamento de Pessoal, registrando, na Folha de Assentamentos, a conduta e o rendimento de cada operário, e em cargos de chefia no Departamento Feminino, sediado nas dependências da Associação Atlética Nova América, onde também eram responsáveis pela coordenação de cursos e organização de eventos. Em muitos casos cabia à visitadora social a missão da “terapêutica social”, isto é, a reeducação e ressocialização do menor operário, filho de uma família operária, portanto oriundo de uma família de “maus hábitos”, com “problemas de moralidade”, “que não prima quase nunca pela organização”, que costuma ser hostil à formação física e mental dos adolescentes, ou seja, é preciso “radicar no espírito dos menores aprendizes a noção de autoridade associada harmoniosamente a uma forte disciplina...”.¹¹ Os investimentos na força de produção, numa economia centrada na industrialização, são reforçados por estratégias de alcance de toda a família do trabalhador, das crianças – inseridas nos programas de aprendiz – às mulheres – filhas, esposas e mães de operários – por meio de cursos de economia doméstica. A sistematização desse controle, materializada em conselhos, normas e orientações,

⁸ PINHEIRO, Maria Esolina. *Op. cit.*, p. 87.

⁹ DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 87.

¹⁰ VERDÊS-LEROUX, Jeannine. *Trabalhador Social: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção*. São Paulo: Cortez, 1986, p. 33.

¹¹ Citações de Francisco de Paula Ferreira (chefe do Serviço Social do Departamento Regional do SENAI em São Paulo). Educação popular através do Serviço Social de Grupo do SENAI. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Serviço Social. São Paulo, 1947. *Apud* IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul. *Op. cit.*, pp. 261-4.

visava instruir e adaptar o operariado ao regime fabril, de modo a obter o máximo rendimento na produção. Era mais rentável manter funcionários já adaptados à forma de gerenciamento da empresa, treinados em cursos técnicos oferecidos regularmente em parceria com órgãos como o SESI e o SENAI, do que estar permanentemente a recrutar pessoas novas, sem qualquer curso ou treinamento.

Ainda na Associação Atlética Nova América, construída e mantida de forma conjunta pelos proprietários da empresa e pelos funcionários associados, as visitadoras promoviam uma série de atividades sociais, culturais e esportivas, oferecendo assim, alternativas “saudáveis” e “educativas” de ocupação do tempo do “não trabalho” para os operários da companhia e seus familiares. A redução da jornada de trabalho, a instituição das férias anuais e a obrigatoriedade do descanso semanal aumentava o tempo livre. O capital, como legislador do tempo de trabalho, deveria também garantir que esse tempo de “não trabalho” não se transformasse em oportunidade de vícios, de envolvimento em mais reivindicações de caráter trabalhista, ou mesmo de tédio, que nada acrescentava à vida desse trabalhador, então desocupado. Tratava-se, assim, de assegurar – pela disciplinarização e regulamentação desse tempo fora do controle fabril – a continuidade de investimentos numa mão de obra saudável, educada em sua sensibilidade estética e moral e apta a responder às demandas da nova ordem social, política e econômica. O controle das formas de sociabilidade lúdica dos trabalhadores passa, então, pela substituição da frequência aos bares e das conversas perniciosas pelo convívio em espaços recreativos e convenientemente monitorados. As formas de recreação popular vão sofrer todo tipo de intervenção e controle, submetidas a uma condenação moral que buscava ajustar o antigo modo de vida às exigências da produção capitalista. A nova disciplina do trabalho excluía o lazer como expressão de uma ação deliberada da subjetividade e buscava institucionalizar esse tempo do “não trabalho” pelo critério utilitário, próprio de uma sociedade capitalista e profundamente marcado pelo paradigma da produção industrial. Enfim, estabelece-se, assim, uma “liberdade vigiada”, controlada pela presença regular das visitadoras e pela inculcação de normas e valores divulgados por uma ótica higienista, o que torna todos os espaços, inclusive o doméstico, território de “utilidade pública”.

Entretanto, é preciso considerar que as relações de poder são constituídas em espaços ocupados por indivíduos e grupos sociais em diferentes condições de manejo desses mecanismos e comportam uma série de especificidades peculiares a um período dado, às condições históricas de um tempo e espaço. Trata-se, então, de questionar a espessura histórica dos acontecimentos, de identificar como as estratégias de poder se realizam e se sustentam no processo histórico e esclarecer os pontos de articulação e/ou embate das demandas de diferentes setores da sociedade, que ocupam de forma desigual um lugar nos jogos de poder.

Trama do poder em nome e pelo bem dos assistidos

Mas existe, de fato, um mosaico bastante variado de todos estes “trabalhadores sociais” a partir de uma matriz confusa como a filantropia... O interessante não é ver que projeto está na base de tudo isto, mas em termos de estratégia, como as peças foram dispostas.¹²

Tal economia de corpos e mentes demandava e justificava um tipo de profissional especializado. Esse processo – lento nas primeiras décadas do século XX, no Brasil –, se consolida após 1930, com a

¹² FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. (Org. e trad.) Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 151-2.

institucionalização da assistência social. O processo de industrialização e urbanização crescente deslocou o foco da assistência da população pobre para o grupo constitutivo da força de produção capitalista: os trabalhadores assalariados urbanos e suas famílias. O exercício da caridade, desenvolvido por instituições caritativas e filantrópicas, passa prioritariamente a ser destinado como assistência social ao trabalhador assalariado com vínculos estreitos de colaboração entre o Estado e os representantes das indústrias. Nas palavras de Castel:

O caráter inaceitável da miséria e os riscos de dissociação social nela contidos deixam então de atingir essencialmente esses elementos, em resumo marginais, que são os assistidos e os desfilados. Tornam-se um risco que afeta a condição laboriosa enquanto tal, isto é, a maioria do povo da cidade e do campo. A *questão social* vai se tornar a questão criada pela situação de uma parte do povo enquanto tal e não apenas por suas franjas mais estigmatizadas.¹³ (grifo meu)

A distinção no pós-1930 em relação às práticas assistencialistas anteriores é a produção intensiva de mecanismos de controle que não somente se prestassem a atuar como elementos reguladores da produção, mas que, somados a isso, estrategicamente estimulassem e induzissem o trabalhador a uma plena adesão à lógica capitalista: maior produção pelo menor custo numa economia de corpos e mentes. As situações conflituosas nas relações de produção e as desigualdades sociais passam a ser vistas como “desvios” a serem contornados e controlados institucionalmente, segundo parâmetros técnicos. Os conflitos sociais não são negados, mas se transformam em “problema social” e matéria-prima da assistência. A partir de uma visão organicista e determinista da sociedade, nomeiam-se os desvios dos padrões estabelecidos, denominados desajustamentos sociais, que, segundo essa matriz discursiva, podem resultar da própria formação somático-psíquica dos indivíduos, conjugada às condições do meio em que vivem.¹⁴ A legitimação das práticas pela constituição de uma política da “verdade” que destitui e silencia outras enunciações.¹⁵

Ao se associar aos interesses do Estado e do empresariado em dinamizar políticas sociais junto ao operariado, essa parcela feminina também agrega aos conhecimentos “científicos” os valores morais e religiosos propagados pela hierarquia da Igreja Católica, pois a maioria do corpo docente dos cursos técnicos de assistência social, nesse período, era composta de “religiosos, bacharéis, educadores e outros profissionais liberais – médicos, sanitaristas, etc. – que têm a uni-los, principalmente, sua adesão ao movimento católico”.¹⁶ O que era praticado como caridade e/ou filantropia pela Igreja passa a fazer parte do programa de governo do Estado no pós-1930, substituindo a repressão pela integração. Para boa parte da liderança católica, a legislação trabalhista e o corpo “doutrinário” do Estado Novo representavam a materialização da Doutrina Social, enfatizando o combate dos males tanto do liberalismo quanto do comunismo.¹⁷

Entendo que nessa eficiente estratégia de poder polimorfo (poder político, econômico e religioso) – representada pelos diferentes setores da sociedade (Estado, empresariado e Igreja Católica) – é possível identificar a constituição de uma espécie de *dispositivo de poder* pela assistência social institucionalizada. Nesse sentido, fala-se de dispositivo como mecanismo de poder que funciona como rede na qual se

¹³ CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 219-20.

¹⁴ PINHEIRO, Maria Esolina. *Serviço Social: infância e juventude desvalidas* [documento histórico]. São Paulo/Rio de Janeiro: Cortez/CEPUERJ, 1985, p. 14. A primeira edição data de 1939.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 27.

¹⁶ IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 225.

¹⁷ MAINWARING, Scott. *A igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 47.

combinam estrategicamente campos de saber, relações de poder e modos de subjetivação dispersos em enunciados científicos, proposições religiosas, morais e filantrópicas, regulamentações jurídicas e instituições.¹⁸ Relativizo, desse modo, a concepção do Estado como um aparato todo-poderoso, capaz de produzir uma “realidade” pela força da legislação ou de investimentos na burocracia estatal. Concordo com French, quando afirma o equívoco de se pensar que a “lei equivale à realidade, de que a intenção equivale ao resultado e de que a retórica equivale à substância”.¹⁹ Instigada pela proposta de uma nova história política, discuto as políticas públicas sociais como esfera de gestão estatal e campo de investigação da relação do Estado e da sociedade na condução de determinados âmbitos da vida implicados com o exercício de direitos sociais. A preocupação praticamente exclusiva com a política dos grandes Estados e seus grandes “homens” se desloca para um interesse pelo político em outras modalidades, incluindo os poderes públicos legislando e controlando as distintas esferas da vida social.²⁰

Portanto, na análise desse singular modo de assistir pelo esquadramento do social, identifico uma racionalidade política e de governo que não exclui; ao contrário, inclui num processo de conformação ao modo de produção capitalista. Trata-se, no dizer de Foucault, da atualização do *poder pastoral*, uma estratégia de poder que se justifica em nome e pelo bem dos assistidos. Um tipo de economia de poder constituída de regulamentações minuciosas sobre a preservação e a majoração da vida, centrada no governo das condutas, dito de outro modo, constituída de intervenções regulares e contínuas que se definem pelo “bem-fazer”. Poder este que se efetua pela prestação de serviços, pelo cuidado contínuo, pela dedicação incansável, por uma ação ampla e permanente sobre o modo de pensar e de ser do outro, uma visão do mundo social de dentro para fora.²¹ É por esse viés que localizo o poder público, constituindo-se como um catalisador dos conflitos oriundos de diferentes interesses dos grupos sociais, assumindo como estratégia os gerenciamentos dos conflitos e reivindicações pelos modos de exercício de poder pastoral, ou seja, técnicas de governo que não se explicam por pressupostos ideológicos partidários, mas pela operacionalização de tecnologias de poder que objetivam primordialmente a interiorização de normas e condutas apresentadas como “necessárias” ao desenvolvimento nacional. Essa tecnologia política multiforme que incide sobre indivíduos e coletivos, normalizando formas de viver, age não mais sobre a sociedade, mas na sociedade, distribuída em prescrições e regulamentações.

A arte de conformação do sujeito: normalização

Pensam por nós, organizam por nós a produção e a vida social. Além disso, consideram que tudo que tem a ver com coisas extraordinárias – por exemplo, o fato de falar e viver, o fato de ter que envelhecer, de ter que morrer – não deve perturbar nossa harmonia no local de trabalho e nos postos de controle social que ocupamos, a começar pelo controle social que exercemos sobre nós mesmos.²²

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Op. cit., p. 244.

¹⁹ FRENCH, John D. *Afogados em Leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 81.

²⁰ A tese, lugar de onde emerge parte das reflexões compartilhadas neste texto, constituiu-se em diálogo permanente com a linha de pesquisa Política e Sociedade (PPGH/UERJ), cujo eixo articulador é a problematização do Estado e da Sociedade civil a partir da investigação das experiências e práticas que emergem nas relações cotidianas e em lugares menos previsíveis de modo menos formalizado.

²¹ FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 169-172.

²² GUATARRI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986, pp. 41, 42.

Essa assistência à população operária, afirmada como “urgência” no âmbito dos debates sobre a questão social e realizada por pessoas especializadas em promover a vida desses trabalhadores, insere-se no exercício de uma razão de governamentalidade firmada no bem-estar social e instrumentalizada pelo controle ininterrupto e pleno da vida. Trata-se de um investimento na gestão do capital humano, pois, como bem assinalado por Yamamoto, a ação dessas assistentes “não deriva daqueles que são alvo de seus serviços profissionais – os trabalhadores –, mas do patronato, que é quem diretamente remunera, para atuar, segundo metas estabelecidas por estes, junto aos setores dominados”.²³

As concepções de indivíduos e famílias “desajustados” e em “risco” produzem o controle da vida e a normalização das pessoas atendidas pela política pública de assistência social. A inclusão funciona como um dispositivo biopolítico, ações que visam a conduzir as condutas humanas dentro de um jogo com regras definidas. Cabe aqui sublinhar a reflexão de Foucault sobre a forma de operar o *biopoder* no governo dos homens – a *biopolítica* – na distinção entre *normação* e *normalização*. A normação é instituída no e a partir do próprio grupo ao qual se refere; é primária e fundamentalmente prescritiva, ocorrendo no âmbito das técnicas quando se tenta adequar as pessoas – em termos de seus gestos e suas ações – a um modelo geral previamente tido como a norma. Nesse caso, é dito normal aquele que é capaz de se amoldar ao modelo. Já a normalização acontece na inversão, na medida em que primeiro se estabelece, ainda que de forma arbitrária, o que é normal. É a partir desse referencial de normalidade que se assentam as normas e os modos de adequação dos diferentes graus de normalidade ou de anormalidade ao padrão previamente estabelecido. Um aspecto importante a considerar, sinalizado por Foucault, é que a noção de “normalidade” imposta remete à “naturalização” desse modelo e das normas decorrentes dificultando assim as resistências aos dispositivos.²⁴

Dessa forma, esse corpo de saberes e ações das visitadoras sociais – vigilância ininterrupta e condução de condutas – como “agentes do bem” e guardiães da ordem, objetiva primordialmente constituir novas pessoas e novas formas de sociabilidade. Aliás, esse é um elemento singular das ações das visitadoras e que imprime efetividade ao serviço: trata-se de uma atividade voltada à solução de problemas e situações do cotidiano e observada no próprio local, junto ao operariado e às suas famílias; um conhecimento construído no dia a dia de particularidades, da soma de detalhes colhidos aqui e acolá, forjadores de um “saber” constituidor de novas formas de disciplinarização e controle. Tudo era minuciosamente anotado e reportado à administração da companhia, um engenhoso complexo de vigilância e de regulamentação do cotidiano das pessoas, ressaltando que, por estarem incluídas em registros oficiais, as pessoas tornam-se alvos fáceis das ações de governo.

Uma ação normalizadora ancorada na prática da visita domiciliar, empenhada em promover a integração e a adaptação dos trabalhadores à ordem político-econômica, dito de outro modo, a lógica de controle não rezava mais pela cartilha da punição, mas pela capacidade de enquadrar toda e qualquer atividade, de encontrar o indivíduo em sua vida cotidiana – o exercício do poder não mais *sobre* o corpo social, mas *no* corpo social.²⁵ Na normalização e em seus efeitos de assujeitamento pela coerção e pelo controle social, as diferenças e singularidades são desconsideradas e afirmadas no pressuposto de que há um comportamento certo e outro errado, portanto, há a “necessidade” da intervenção prescrevendo formas de ser e de viver.

²³ IYAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul. *Op. cit.*, p. 83.

²⁴ FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. *Op. cit.*, p. 75-83.

²⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. *Op. cit.*, p. 131.

Temos aqui, portanto, a vontade de governo sobre a pobreza pelo saber médico-higienista, assim como a imposição de normas estabelecidas como as mais adequadas por diferentes saberes numa apropriação e num controle da vida de operários e suas famílias. Fatores tais como a pobreza, a precariedade do vínculo familiar e a suposta família desestruturada tornam-se justificativas para as ações que visariam prevenir possíveis infrações e periculosidades.

A suposta objetividade científica e neutralidade nesses processos de culpabilização só “servem para justificar e legitimar a existência dessas profissões especializadas, desses equipamentos segregativos e, portanto, da própria marginalização de alguns setores da população”.²⁶ É, segundo Guatarri e Rolnik, a função por excelência da subjetividade capitalística o bloqueio dos processos de *singularização*, ou seja, da possibilidade de outros modos de ser não inscritos nos modelos hegemônicos. Acertadamente, afirma Scheinvar que a garantia de “liberdade” de cada indivíduo no discurso da sociedade liberal é:

[...] condicionada à capacidade de cada indivíduo se enquadrar na estrutura econômica e nos modelos sociais [...]. Assim, as condições particulares de vida e as estratégias de sobrevivência produzidas, não são assumidas pela equipe governante como méritos ou opções, mas como ameaças sociais.²⁷

Uma articulação das técnicas de disciplina aos dispositivos de regulamentação da sociedade que se estende tanto sobre o corpo que se quer disciplinar quanto sobre a população naquilo que nela se pretende preservar e garantir como vida produtiva, a “estatização” da vida nos liames do biopoder.²⁸

Enfim, desnaturalizar a ajuda em forma de controle, eis o desafio: lutar contra uma particular forma de poder que se apresenta em atos de bondade e genuína dedicação, mas que para se efetivar demanda uma vigilância ininterrupta e minuciosa sobre todos os indivíduos, colhendo informações sobre o que pensam e sentem para melhor governá-los.²⁹ Refiro-me a essas práticas discursivas em sua produção de sentidos e assujeitamento de indivíduos e grupos sociais; relações instituídas por meio dos dispositivos de governo.

Considerações provisórias

As reflexões compartilhadas neste texto, certamente, não são as únicas possíveis na análise desse caso singular de controle social do operariado no pós-1930, identificado nas ações das visitadoras sociais. Em cena, o debate sobre a utilização de situações de vulnerabilidade social como argumento legitimador do cerceamento de modos de viver de parcelas significativas da sociedade. São novas e atualizadas formas de controle, de cuidado de si como eficiente estratégia de poder na medida em que transforma cada um em seu próprio algoz, fiscalizador incansável de si mesmo num processo contínuo de interiorização das normas impostas. A condição da assistência é o esquadrinhamento do social e do comportamento. Essa nova técnica social, de um lado garante ao máximo a reprodução do capital; de outro, assegura, pelas políticas

²⁶ GUATARRI, Félix e ROLNIK, Suely. *Op. cit.*, p. 29.

²⁷ SCHEINVAR, Estela. Anotações para pensar a proteção à criança. *Revista do Departamento de Psicologia* (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2 e 3, 2000, p. 8.

²⁸ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 302.

²⁹ FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Foucault e o desejável conhecimento do sujeito*. In: FISCHER, Rosa M. B. *Trabalhar com Foucault*. arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 56.

de cunho social, as condições mínimas de reprodução da força de trabalho compondo assim uma forma de governamentalidade muito mais pragmática e casuística do que doutrinária e ideológica.

A problematização da vida pelo saber de ordem higienista e as práticas de cuidados de si – maximizadas pelos programas de bem-estar social agora profissionalizados – resultam numa expansão das tecnologias do biopoder, ou seja, na constituição de uma rede de regulamentações e práticas disciplinares na efetivação da biopolítica. Em todos os espaços da fábrica e de modo contínuo, um grupo de mulheres realizava o monitoramento do uso do tempo e dos espaços, a fiscalização do emprego dos serviços públicos e sociais, e a doutrinação nos valores e nas práticas instituídos como os mais adequados às exigências da produção industrial. As situações conflitivas nas relações de produção passam a ser vistas como desvios a serem contornados e controlados institucionalmente, segundo parâmetros técnicos, pela pesquisa e catalogação do modo de vida dos trabalhadores que, ao final, possibilitassem uma intervenção eficaz nos aspectos desviantes. Não é contra a lógica capitalista e a desigualdade social que se luta, mas contra seus efeitos, e a nomeada *questão social* é, então, tratada por paliativos e mecanismos compensadores que para serem acessados requerem atestados de incapacitação de gerência da própria vida. Às doses homeopáticas de auxílios materiais, acrescentava-se um volume desproporcional de controle e disciplinamento. Mais do que um projeto de valorização do trabalhador, era um plano de constituição do trabalhador-sujeito, ou seja, de práticas constituídas e constituidoras de uma nova ordem social, gestadas no interior de um projeto político de gestão da vida.

O convite é para o exercício de crítica das práticas de assujeitamento restritivas à ação de determinados segmentos da população e impeditivas de mudanças sociais expressivas. E nesse sentido, questionar o efeito das políticas públicas sociais na produção de subjetividade, entendendo esse problema como elementar na busca por ações que tenham por objeto principal a igualização efetivada em marcos descentralizados e participativos. A autonomia se dá na possibilidade de cada indivíduo, família, ou grupo social escolher por si próprio o que quer. E, finalmente, exercitar um olhar inquiridor e crítico a formas de controle que se insinuem e incidam sobre situações e lugares os mais improváveis do ponto de vista da análise tradicional do exercício de poder.

E por fim, reafirmo, são questões em aberto e conclusões provisórias, pensamentos que podem e devem ser retomados e aprimorados. E quiçá alcancemos um tempo em que não teremos quem nos dite comportamentos, pela própria capacidade das pessoas de se governarem, como preconizou Jorge Luis Borges no prólogo de *O Informe de Brodie*: “Creio que com o tempo mereceremos que não haja governo”.³⁰

Ana Lúcia Vieira: Professora Adjunta na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutorado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Experiência em pesquisa e docência nas áreas: Brasil República com ênfase no estudo das políticas públicas de cariz social e em Metodologia e Ensino de História. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Política, Instituições e Práticas Sociais (POLIS/UFAM). Pesquisadora Associada no Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais (LEDDES/UERJ) nas linhas de Pesquisa Escrita da História e Vulnerabilidades e Controle Social.

³⁰ BORGES, Jorge Luis. *O Informe de Brodie*. Trad. Hermilo Borba Filho. São Paulo: Globo, 2001, p. 16. (Primeira publicação em 1976).